

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Biociências
Bacharelado em Ciências Biológicas
Trabalho de Conclusão de Curso

GISLAINE FÁTIMA SCHNACK

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA OU "TERCEIRA MISSÃO" NOS CURSOS DE CIÊNCIAS
BIOLÓGICAS DA UFRGS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS**

Porto Alegre
2021

GISLAINE FÁTIMA SCHNACK

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA OU "TERCEIRA MISSÃO" NOS CURSOS DE CIÊNCIAS
BIOLÓGICAS DA UFRGS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Ciências Biológicas do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Teresinha Guerra

Porto Alegre

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Schnack, Gislaine Fátima

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA OU "TERCEIRA MISSÃO" NOS
CURSOS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UFRGS, DESAFIOS E
ESTRATÉGIAS / Gislaine Fátima Schnack. -- 2021.

46 f.

Orientadora: Teresinha Guerra.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Biociências, Bacharelado em Ciências Biológicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Extensão Universitária. 2. Terceira Missão. 3.
Curricularização da Extensão. I. Guerra, Teresinha,
orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

GISLAINE FÁTIMA SCHNACK

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharela em Ciências
Biológicas do Instituto de Biociências da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Profa. Dra. Teresinha Guerra

[Escolher um item].Porto Alegre,17 de novembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Teresinha Guerra

Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências da UFRGS

Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliani

Departamento de Ciências Políticas da UFRGS

Prof. Dr. Paulo Brack

Departamento de Botânica do Instituto de Biociências da UFRGS

RESUMO

A curricularização da extensão universitária diz respeito à creditação curricular de 10% de atividades extensionistas na matriz curricular dos cursos de graduação. Este trabalho teve intuito de pesquisar o andamento do processo de Curricularização da Extensão nos Cursos de Ciências Biológicas (Licenciatura e Bacharelado) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, objetivando verificar as estratégias e os desafios para a implantação da curricularização. Foram analisados os Projetos e Programas de Extensão em andamento dos anos de 2019 até 2020, sendo entrevistados os Coordenadores destes Projetos e Programas de Extensão, a Coordenação de Extensão do Curso de Ciências Biológicas do Instituto de Biociências e a Coordenação do Fórum de Extensão da UFRGS. As entrevistas foram realizadas através de questionários elaborados no Google Forms e enviados individualmente por e-mail. Através da análise do conteúdo das questões e a discussão com a literatura pertinente, para que a Extensão Universitária seja creditada nos Cursos de Ciências Biológicas do IB da UFRGS, deve-se promover uma maior discussão sobre a temática da curricularização, pois apesar da primeira normativa sobre a curricularização estar descrita no Plano Nacional de Educação (2000-2010), passou-se 20 anos, e o assunto ainda não está claro para vários docentes entrevistados. Os docentes que possuem este conhecimento salientam a importância da retomada deste tema, devido a sua importância e relevância científica e social, assim como para UFRGS, enquanto mantenedora, possa divulgar e realizar um levantamento de dados para traçar objetivos e metas que possam ser cumpridas e realizadas. Desta maneira conclui-se que, após um aprofundamento da equipe docente sobre o tema, seria possível construir uma matriz curricular que possa abranger os 10% de atividades de extensão, podendo contar com os discentes e a comunidade acadêmica, para que juntos participem e se aprofundem neste debate, que afetará o cotidiano de todos.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Terceira Missão, Curricularização da Extensão.

ABSTRACT

The curricularization of university extension concerns the curricular accreditation of 10% of extension activities in the curriculum of undergraduate courses. This work aimed to research the progress of the Extension Curriculum process in Biological Sciences Courses (Licentiate and Bachelor's Degree) at the Federal University of Rio Grande do Sul, aiming to verify the strategies and challenges for the implementation of the curricularization. The Extension Projects and Programs in progress from 2019 to 2020 were carried out, and the Coordinators of these Extension Projects and Programs, the Extension Coordination of the Biological Sciences Course and the Coordination of the UFRGS Extension Forum were interviewed. The calls were made through questionnaires prepared on Google Forms and sent by email. Through the analysis of the content of the questions and discussion with the relevant literature, in order for the University Extension to be accredited in the Biological Sciences Courses of the IB of UFRGS, a greater discussion on the subject of curricularization should be promoted, as despite the first normative about the curricularization being dispensed in the National Education Plan (2000-2010), 20 years have passed, the subject is still not clear for several interviewed teachers. The documents that have this knowledge emphasize the importance of resuming this topic, due to its scientific and social importance, as well as for UFRGS, as a sponsor, can disseminate and carry out a data survey to outline objectives and goals that can be met and carried out. In this way, it is concluded that, after a deepening of the teaching team on the subject, it would be possible to build a curriculum matrix that could cover 10% of extension activities, counting on the students and the academic community, so that together they participate and become deeper in this debate, which will affect everyone's daily life.

Keywords: University Extension. Third Mission. Extension Curriculum.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 BREVE HISTÓRICO DA EXTENSÃO NO BRASIL.....	11
2.2 ESTRATÉGIAS E DESAFIOS DA EXTENSÃO.....	14
2.3 TERCEIRA MISSÃO.....	16
3. OBJETIVOS.....	18
3.1 OBJETIVOS GERAIS.....	18
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	18
4 METODOLOGIA.....	19
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS.....	19
4.2 ANÁLISE DOS DADOS.....	20
5 DISCUSSÃO E ANÁLISE.....	20
5.1 QUESTIONÁRIO COM OS (AS) COORDENADORES (AS) DE PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO DA UFRGS (2019 E 2020).....	20
5.2 ROTEIRO DE PERGUNTAS À COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE EXTENSÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS DA UFRGS.....	32
5.3 ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A COORDENAÇÃO DO FÓRUM DE EXTENSÃO DA UFRGS.....	33
6 CONCLUSÃO	344
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37
APÊNDICE 1	40
APÊNDICE 2.....	43
APÊNDICE 3.....	44
APÊNDICE 4.....	45

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, as Instituições de Ensino Superior (IES) possuem três pilares: o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, todos de extrema importância para a sociedade. As IES têm a missão de educar os indivíduos, em cursos específicos, entre as diversas áreas do conhecimento, através dos cursos de graduação, pós-graduação, e pesquisa contribuindo para o desenvolvimento tecnológico e social. A Extensão Universitária (EU), também conhecida como a Terceira Missão (TM) das IES, faz a costura entre o ensino e a pesquisa com a sociedade.

Historicamente a EU passou por diversos tipos de atuação ou concepções, iniciando com práticas vistas como assistencialistas. Após um modelo de transformação, alçada em atividades, que às vezes perpassavam a capacidade da extensão, ou vista como um modelo mercadológico, produtora de bens e serviços.

Segundo a Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU, 2012), "a extensão universitária é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade" (FORPROEX, 2012). A EU, na atualidade, deve ser encarada como um desafio, frente aos problemas sociais, ambientais e econômicos, tendo em vista um modelo de desenvolvimento sustentável para a sociedade na qual está inserida, e suas práticas serem reais com os problemas enfrentados não apenas na comunidade onde está inserida.

As Ciências Biológicas, como o estudo mais profundo da vida, detém saberes e práticas inerentes ao saber científico, a qual deve ser expandida para a comunidade através de atividades e práticas, que estimulem o interesse pela Ciência fomentando, na sociedade, um olhar crítico sobre os fenômenos que poderão ser analisados sob a luz do conhecimento científico. Cidadãos melhor educados poderão tomar decisões amparadas em construtos pesquisados e analisados com o rigor científico, possibilitando uma possível transformação e empoderamento social em todos os sentidos, tendo como força propulsora a EU.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010) incluiu uma nova resolução nas Diretrizes do Ensino Superior e a Meta 23 que previa, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação em programas e projetos de extensão, em áreas de importância social. Seguindo este pensar, a PNEU (2012), cita a importância do cumprimento da Meta 23. E novamente o PNE (2014-2024).

Em 2018 a Portaria nº 1.350, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/12/2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), se transformou na Resolução nº 7 de 18/12/18 do Ministério da Educação (MEC). Ambos os textos, são frutos de estudos inovadores sobre a EU no Brasil.

Frente à questão atual e às normativas citadas anteriormente: o PNE (2001-2010), a PNEU (2012), o PNE (2014-2020) e a Resolução nº 7 de 18/12/18 do MEC, a escolha do tema pretende verificar quais são os projetos de extensão relacionados diretamente aos Cursos de Ciências Biológicas da UFRGS, a carga horária integrada atualmente ao currículo, ou seja, as estratégias hoje empregadas, além de verificar os desafios da normativa para integralização curricular dos 10% em EU.

Esta pesquisa propõe investigar a inserção da EU nos cursos de Ciências Biológicas da UFRGS (Licenciatura e Bacharelado) e identificar os desafios da integralização curricular em atividades extensionistas em 10%, prazo que finaliza ao final do ano de 2021 conforme o Despacho de 24 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2020) pelo Ministro da Educação. Prazo prorrogado para 19 de dezembro de 2022 de acordo com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais, a Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior, para a implantação da extensão nos currículos dos cursos de graduação das IES brasileiras.

O momento atual de pandemia no Brasil e no mundo, causado por um vírus, matou milhares de pessoas no planeta. O fechamento do comércio e empresas acarretou uma recessão econômica mundial por falta de um plano de contingência econômico e sanitário mundial e nacional por parte de gestores públicos e suas equipes técnicas. Estes se mostraram, em parte, despreparados para uma tomada de atitude imediata frente ao novo, que não é novo, tendo em vista as diversas pandemias mundiais que historicamente assolaram o planeta. Tornando também a extensão no momento atual, com dificuldade de se concretizar na sua plenitude devido aos Projetos/Programas de EU, que necessitavam realizar suas atividades em campo. Sendo possível em parte sua realização, ao uso da tecnologia, que permitiu o encontro entre equipes de maneira remota, porém sem conseguir realizar a prática devido aos protocolos de segurança para o Covid-19.

No século da tecnologia, a divulgação e a prática do conhecimento científico se mostrou extremamente necessária e urgente. No Brasil o número de mortes por Covid-19, somavam no início desta pesquisa 161,7 mil mortes e mais de 5 milhões

de casos confirmados no início de novembro de 2020. Na primeira semana de novembro de 2021, somaram-se 608 mil mortes e 21,8 milhões de casos confirmados.

Pesquisas em Virologia, ramo das Ciências Biológicas, mostraram-se extremamente necessárias, na busca de explicações científicas que pudessem compreender a dinâmica do Covid-19, tanto em laboratório como em possíveis práticas de contenção da pandemia. Além de dar um alento psicológico à população, através de explicações baseadas em construtos cientificamente embasados historicamente, sendo as Ciências Biológicas, uma Ciência que se constituiu e se solidificou ao longo dos séculos, apesar dos percalços como a idade média e a ditadura militar no Brasil.

Conforme Ferreira (2020) pesquisadores do Projeto Ciência Popular da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP), registraram mais de 2 mil ações até o período de setembro de 2020, realizadas por Universidades e Institutos Federais Brasileiros para combater os efeitos da pandemia da Covid-19 em todo o Brasil. Segundo o coordenador da pesquisa, Ergon Cugler, entrevistado por Ferreira (2020): “*O mapeamento dá visibilidade ao potencial e comprometimento da ciência brasileira para enfrentar crises*”. O projeto criou uma plataforma on-line (<https://cienciapopular.org/>), no qual mapeia as ações realizadas por Universidades e Institutos Federais de todos os estados brasileiros. No momento, o portal conta com 3075 mil ações realizadas, o que demonstra a importância, através da pesquisa científica nas instituições de ensino superior públicas brasileiras.

A EU, além de ser um desafio institucional, também se mostra uma estratégia neste momento de crise, ao poder fomentar ações na sociedade no âmbito da prevenção, além de informações científicas sobre o tema, pois vidas foram ceifadas e ainda não temos um prazo para o fim e os países terão de enfrentar o agravamento da crise econômica em virtude da crise sanitária insurgente.

Verifica-se que a falta do conhecimento científico, tanto para os gestores públicos, como para a sociedade aumentou o número de mortes e o medo se instaurou na sociedade, pela falta de conhecimento ou esclarecimentos sobre o tema. Retrocessos como movimentos sobre terraplanismo que descrevem o que o Planeta Terra não é esférico ou anti-vacina, declaram que vacinas não funcionam.

Teorias conspiratórias em voga na atualidade ocorrem tanto nas mídias tradicionais como na internet. Tal pensamento faz com que seja necessário retornar séculos antes do calendário atual, muito tempo antes do advento da tecnologia, onde já havia pesquisas e teorias sobre a esfericidade do Planeta Terra. Este movimento passou por vários momentos históricos, porém na atualidade, o advento tecnológico teve seus prós e contras na disseminação das informações. A falta de crivo, de referências embasadas cientificamente, bombardeios diários de desinformações, as chamadas “*fakes news*” invadiram o repertório cultural da população, trazendo à tona o negacionismo total a Ciência (OLIVEIRA, 2021), o que confronta diversas disciplinas da Educação Básica, pois desde a Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe desenvolver junto aos alunos/alunas habilidades e competências, justamente sobre esfericidade do Planeta Terra e a importância da vacinação (BRASIL, 2018c).

Tais teorias conspiratórias negacionistas, podem provocar a incidência de doenças que foram mitigadas pela vacinação, além da perseguição a cientistas e professores que desenvolvem o pensamento científico em escolas e universidades. A sociedade brasileira acabou tornando-se refém da ingerência pública e das medidas sanitárias eficazes adotadas por vários países. Não tendo adotado as medidas sanitárias adequadas, devido ao pensamento negacionista presente no discurso da atual gestão federal.

Tal tema se justifica pela relevância da EU estar presente de maneira contínua nos diversos setores da sociedade. Através do ensino formam-se alunos e alunas aptos ao exercício profissional. Através da pesquisa, as IES fomentam ações de desenvolvimento tecnológico, a fim de contribuir com a sociedade, porém a extensão universitária estabelece relações sociais e culturais com os diferentes segmentos da sociedade, com atividades educativas, executar projetos interdisciplinares e contribuir na inserção de ações e na promoção do desenvolvimento social, através do conhecimento científico.

A pesquisa científica terá efeito e respaldo necessário, aos olhos de uma comunidade ativa, conhecedora da importância do saber científico para que, a partir de dados seriamente pesquisados e analisados, possa ocorrer transformação social, econômica e ambiental, local e global. Diferente disto, não tendo conhecimento necessário, uma visão crítica dos fatos, a análise equivocada feita por terceiros em discursos assumidos de maneira pública, pode e acarreta danos, por vezes

irreversíveis, como por exemplo, a Paralisia Infantil, pelo fato de não vacinar o filho contra a Poliomielite.

Assim como a escola de base, além de ser educadora no sentido de ensinar os conteúdos específicos, passou a ser responsável pelo único local que muitos alunos(as) se alimentam e se abrigam dignamente, por interposições da sociedade desigual que vivenciamos, no país mais rico do mundo em Biodiversidade de seres vivos, além de riquezas minerais e combustíveis fósseis diversos, como carvão natural, petróleo, minerais somos um país com um abismo social enorme.

A EU sozinha, talvez não consiga fazer a transformação necessária para o Brasil ser uma nação equitativa e igualitária, entretanto sem EU eficiente, com atores que possam desempenhar este papel com a seriedade, tampouco muda a sociedade. O ensino e a pesquisa também devem perceber na EU a maneira mais eficiente para demonstrar o real valor da educação no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EXTENSÃO NO BRASIL

Conforme Mackinder; Sadler, (1891 apud GIMENEZ, 2017) o uso da expressão “extensão universitária” nasceu na Universidade de Oxford, nas discussões sobre a necessidade da realização de reformas na educação superior, por volta dos anos 1850 e tornou-se corrente nos anos subsequentes. Sendo a Primeira Missão, o Ensino com a conservação e transmissão do conhecimento. A Segunda Missão: Desenvolvimento máximo da ciência, busca da verdade, o ensino e a pesquisa se completam e são interdependentes. E A Terceira Missão, surgida na Inglaterra sendo a meta o Ensino, Pesquisa e Extensão.

O desenvolvimento do pensamento extensionista na América Latina teve a sua origem no Movimento de Córdoba, na Argentina, com o anseio pela abertura definitiva do “claustro”, para levar além-murros os saberes acumulados e desenvolvidos internamente, ampliando o número de beneficiados (modelo assistencialista). E também do movimento estudantil de construir uma universidade, a partir da América Latina e não de modelos Europeus ou Americanos (BERNHEIM, 1978 apud GIMENEZ, 2017).

A Constituição Brasileira (CB) de 1988 estabeleceu o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Através do artigo nº 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Após, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9.394/96) estabeleceu a flexibilização dos currículos dos cursos de graduação, trazendo uma nova compreensão de currículo. Numa estrutura curricular que vai além da formação específica para o trabalho, mas também a formação de cidadãos conscientes de sua responsabilidade social (BRASIL, 1996).

Paulo Freire (1985) já havia se debruçado sobre o tema da extensão. Tendo em vista que este trabalho não teve a pretensão de esgotar todo histórico da extensão no Brasil, Freire (1985) esmiúça a etimologia da palavra extensão, o ‘sentido de base’ “a extensão da casa”, etimologicamente, no seu contexto inicial arquitetônico que, expandindo-se para novos ‘sentidos contextuais’, econômicos, psicológicos, sociológicos: “Pedro é agrônomo e trabalha em extensão”. Portanto, no ‘sentido contextual’ o qual deteve seu trabalho, a Extensão indica a ação de ‘estender algo’, e quem estende, estende alguma coisa. No exemplo do extensionista, Pedro, ele estende algo, no sentido de que executa. “Carlos estendeu suas mãos”.

Para Freire (1985), a busca extensionista não é “estender as mãos”, mas seus conhecimentos suas técnicas, pois numa área de plantio que sofre com a erosão, ele poderia se deter ao fenômeno da erosão como desafio, não considerando assim a presença humana dos camponeses. O conceito de extensão aplicado à ação não teria sentido, pois justamente por sua ação estar relacionada ao domínio humano e não natural, equivale dizer que a extensão de seus conhecimentos e técnicas se faz aos homens, para que possam transformar o mundo em que vivem. Um ponto de vista abstrato e concreto de extensão.

Neste trecho inicial do livro, na análise semântica da palavra extensão, que sugere uma metáfora, mas não o é, extensão é a teoria aliada à prática, do saber acadêmico com o saber popular, como um ciclo, em que um depende do outro. Não em grau de dependência, mas de retroalimentação positiva, onde, para haver desenvolvimento, transformação, é necessário alguém que saiba ensinar e alguém

que queira aprender, ou seja, a extensão vista na sua plenitude, que nenhuma das três concepções descritas abaixo, conseguiu abarcar.

Não ser uma extensão, conforme a concepção assistencialista, a qual auxilia, mas não emancipa, ou como na concepção transformadora, em que ela sozinha possa ser a redentora dos problemas da sociedade, e nem a concepção de interação universidade e sociedade, como produtora de bens e consumo. Freire (1985) foi muito além das três concepções, por perceber sob a ótica de quem faz a extensão e de quem recebe. Ao transformar quem recebe, este se torna um ser multiplicador da prática, conhecedor do conhecimento acadêmico e científico, que o auxiliará no projeto o qual esteja atuando, como, por exemplo, o citado acima, dos camponeses.

Desta maneira, deste o surgimento da primeira normativa legal (PNE 2001-2010) a EU tem sido tema de estudos, leis, decretos, portarias, diretrizes, as quais definem que extensão, de fato é a “Terceira Missão” das Universidades, ao conseguir não apenas transformar, mas emancipar e empoderar a sociedade em todas as suas esferas, tendo assim uma sociedade aberta e consciente das suas responsabilidades sociais.

Conforme a Portaria 1.350 do MEC (BRASIL, 2018a), historicamente a EU teve três concepções ideológicas, que se costuraram e se concretizaram:

1. A concepção assistencialista: onde para as demandas sociais houve o intermédio da universidade, através de prestação de serviços (odontológicos, médicos, por exemplo) para a população.
2. A concepção transformadora: caracterizada pela relação dialógica entre universidade e a população, ou seja, se constrói uma relação sob a forma de diálogo conjunto, dentro das possibilidades da extensão.
3. A Concepção de interação da Universidade com a Sociedade: onde as demandas advindas da população, são vistas como expectativas de novos serviços com a universidade, gerando parcerias destas, com a sociedade civil, sendo, portanto, a universidade produtora de bens e serviços.

Na concepção assistencialista, a universidade é vista apenas como assistência e não como transformadora da realidade social. A concepção transformadora é vista como redentora, extrapolando a capacidade de ação da extensão, enquanto que a concepção de interação da Universidade com a

Sociedade é vista como mercadológica, captação de recursos que se destinariam a bens e produtos oferecidos à população.

Independente das concepções abordadas, a EU deve ser um instrumento emancipatório para a população, à medida que se possa avançar em conjunto com políticas públicas que favoreçam esse intercâmbio do ensino e da pesquisa com a sociedade.

2.2 ESTRATÉGIAS E DESAFIOS DA EXTENSÃO

O PNE (2001-2010) no capítulo Objetivos e Metas, a meta de número 23 propõe:

Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas (BRASIL, 2001).

A meta reforçada pela PNEU (FORPROEX, 2012) descreve que a EU desde o início da década de 2000, tem sido refletida num processo constante de revisão. A universidade pode ser disseminadora do conhecimento acadêmico científico, através de cursos, palestras, prestação de serviço, como assistência, assessorias e consultorias ou difusora da cultura e do conhecimento através de eventos e produções artísticas. A EU tornou-se um espaço de inter-relações dialógicas, uma via de mão dupla entre população e universidade, trazendo tanto um, como para outro a transformação necessária para o bem-estar de ambos.

Conforme a DECISÃO Nº 266/2012, o Conselho Universitário da UFRGS (CONSUN-UFRGS), em sessão de 20/07/2012, tendo em vista o constante no processo nº 23078.038259/10-52, de acordo com o Parecer nº 222/2012 da Comissão de Legislação e Regimentos, decide aprovar a Política de Extensão da UFRGS. A decisão amparou-se instrumentos legais que norteiam a Extensão na Universidade, (Estatuto e Regimento Geral da UFRGS), apoiados ainda nas orientações e preceitos emanados pelo (FORPROEX). O Estatuto da UFRGS, afirma o intuito máximo da Universidade: “educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico integrados no ensino, na pesquisa e na extensão”.

Conforme Rovati e D'Ottaviano (2017) existem muitos territórios de extensão a serem explorados no Brasil, porém, por vezes, permeiam escolhas contraditórias. Para os autores compreender melhor a EU, é preciso conhecê-la, bem como seu território, tanto ela como a comunidade na qual a universidade está inserida.

O PNE (2014-2024) enfatiza que para garantir a meta número 12: "elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público", a seguinte estratégia seja cumprida: 12.7) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014).

A PNE (2014-2024) corrobora novamente com a PNE (2001-2010), enfatizando que 10% do currículo dos cursos sejam de atividades extensionistas. A Portaria nº 1.350, publicada no DOU de 17/12/2018, do Conselho Nacional de Educação, define diretrizes para a EU. Em 2017, o CNE formou uma comissão com diversos setores da sociedade, para que fossem estudados os rumos da EU, tendo em vista as legislações anteriores que definem uma maior abrangência da EU nos currículos dos cursos, através de estudos sobre o atual panorama das práticas extensionistas nas IES brasileiras (BRASIL, 2018a).

Foram convidados membros do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), do Fórum de Extensão das Instituições de Educação Superior Particulares (FOREXP), Pró-Reitores de Extensão e membros do CNE. Esta equipe iniciou os trabalhos com textos e normativas atuais de referência, que norteiam as políticas de EU, criando assim, um texto regulatório para a definição de diretrizes sobre a EU (BRASIL, 2018a).

Em setembro de 2018, foi realizada a primeira conferência pública, sobre as políticas gerais de EU. A equipe reuniu-se novamente no mês seguinte, em outubro, para fazer a avaliação final do texto (BRASIL, 2018a). O texto foi deferido um dia depois pelo Ministério da Educação (MEC), através da Resolução nº 7 de 18/12/18, definindo diretrizes para a EU, além de regulamentar a meta 12.7 da PNE (2014-2024) sobre regulamentar as atividades acadêmicas de extensão na forma de componentes curriculares, previstos nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI), nos Projetos Políticos Institucionais (PPI) das entidades educacionais,

conforme o perfil do egresso, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e nos demais documentos normativos próprios das IES (BRASIL, 2018b).

2.3 TERCEIRA MISSÃO

Gimenez (2017) descreveu sobre a relação entre a universidade e sociedade como a Terceira Missão (TM), ou seja, a EU como TM das universidades. Tendo a EU uma abordagem mais ampla e inclusiva, não apenas focada na relação universidade e empresa, como a dimensão mercadológica, mas partindo da perspectiva que considera inúmeras abordagens da universidade com a sociedade, para além da transferência de tecnologia.

A autora cita Venditti, Reale e Leydesdorff (2013 apud GIMENEZ, 2017), os quais descrevem que a Terceira Missão é vista a partir de exemplos americanos e europeus, de boas práticas nas universidades. A crítica realizada por Göransson, Maharajh e Schmoch (2009 apud GIMENEZ, 2017), se situa no fato de que a transferência de tecnologia para a população esbarra na questão de como usar modelos de países desenvolvidos, em países em fase de desenvolvimento econômico. Argumentando que a EU deve refletir sobre as reais necessidades de cada país e por isso, não há como existir um guia ou um modelo para ser seguido e sim, perceber as reais necessidades da comunidade.

Conforme a DECISÃO Nº 266/2012 (CONSUN-UFRGS), em sessão de 20/07/2012, a Comissão propõe como Política de Extensão para a UFRGS, o que segue:

1. Interagir com a sociedade incluindo o atendimento às demandas sociais e às ações de produção e difusão cultural e tecnológica;
2. Manter seu compromisso com os direitos humanos, respeitando as diferenças de raças, etnias, crenças e gêneros;
3. Assegurar a relação bidirecional entre a Universidade e a Sociedade para o desenvolvimento, produção e preservação cultural, artística e tecnológica relevantes para a afirmação do caráter regional e nacional;
4. Promover atividades de extensão interinstitucionais, voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;

5. Assegurar a extensão universitária como um processo acadêmico importante na formação do aluno em nível de graduação e pós-graduação, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;

6. Promover relações multi, inter e/ou transdisciplinares de setores da Universidade e da Sociedade;

7. Ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis;

8. Ampliar o acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico e social do país;

9. Garantir Programa de Fomento às atividades de extensão devidamente registradas e aprovadas nas instâncias acadêmicas;

10. Buscar o financiamento da extensão com recursos provenientes de setores públicos e/ou privados.

A Política de Extensão Universitária da UFRGS, deferida meses antes da PNEU (2012), estão em consonância com os objetivos e propostas, para que a EU se consolide e gere as transformações que a sociedade brasileira necessita.

A PNEU (2012) enfatiza que é através da extensão que se promove a interação entre a universidade e diversos setores da sociedade. O que é pesquisado e estudado dentro da universidade deve perpassar os muros da instituição e transformar o saber científico numa linguagem, em que se some ao saber popular, e com está a interface de trocas, bem como ampliar o saber científico nas comunidades, desenvolvendo novos saberes entre a academia e a população. (FORPROEX, 2012). Também descreve que a EU deve promover uma interação transformadora entre universidade e outros setores da universidade, através de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político:

- Interdisciplinar: onde os projetos possam estar interligados com os diversos saberes da universidade,
- Educativo: que possa agregar conhecimento tanto para a academia como para a sociedade, num processo, constante de troca,
- Cultural: que saiba traduzir o conhecimento acadêmico, ao saber popular, de uma maneira, que possa haver reflexão sobre os dados, sem interposição de um sobre o outro, mas de esclarecimentos.

- Científico: promover o saber científico, adquirido por anos de pesquisa, para que a sociedade possa estar mais bem familiarizada com os construtos científicos vigentes, e que estes, derivam de pesquisas rigorosas.
- Político: promover a cidadania consciente de sujeitos críticos que possam, com seus conhecimentos adquiridos, pela 'transposição' do saber acadêmico para fora de seus muros institucionais.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Investigar como vem sendo executada a EU no curso de Ciências Biológicas (Licenciatura e Bacharelado) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e os desafios para implantação no currículo obrigatório, de integralização curricular em atividades extensionistas.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contabilizar todos os projetos de EU dos cursos de Ciências Biológicas nos últimos dois anos (2019-2020), identificar como estes projetos de EU são organizados, realizados, monitorados, quantos representantes de discentes e docentes participam dos projetos, o alcance da EU na comunidade e quantas pessoas dessas comunidades foram diretamente atingidas por projetos de extensão.

- Pesquisar os desafios para implantação de uma matriz curricular que consiga integralizar 10% da carga horária em projetos de EU.

- Identificar as estratégias utilizadas pelo curso de Ciências Biológicas para a demanda mínima exigida de EU e quantas horas do currículo obrigatório do curso de Ciências Biológicas são destinados a EU.

4. METODOLOGIA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS

A investigação foi realizada através do método quantitativo e qualitativo, pois conforme Gil (2008, p. 13), quantidade e qualidade são o que forma os objetos e fenômenos, estando eles inter-relacionados, pois no processo de desenvolver, tanto as mudanças quantitativas graduais, geram mudanças qualitativas.

Antes de iniciar a pesquisa, foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório, ou seja, a fase inicial da investigação sobre o tema da EU. Desta maneira foi possível, buscar informações mais específicas sobre o assunto a ser abordado (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Posteriormente a investigações e novas descobertas sobre o tema, foi realizada através da pesquisa documental (PRODANOV E FREITAS, 2013) com investigação de documentos, como o PNEU (FORPROEX, 2012) e legislações (PNE 2002-2010; PNE 2014-2024 e a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018- Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira), e demais legislações pertinentes ao tema da EU, para entendimento das questões a serem investigadas, a fim de responder aos objetivos propostos.

Todas as etapas metodológicas foram necessárias a fim de se obter o maior número de dados e informações possíveis, pois os métodos foram complementares entre si, analisados no conjunto de informações coletadas, e assim acabou ampliando a gama de informações possíveis para tentar responder aos objetivos propostos por esta pesquisa.

Inicialmente foram investigados os Coordenadores(as) dos Projetos e Programas de Extensão que foram executados no período de 2019 e 2020 do Instituto de Biociências (IB) e aplicado um questionário online com perguntas fechadas (Apêndice 1) aos coordenadores de ações de extensão no mesmo período.

Também foram encaminhados questionários on-line (Google Forms) com perguntas abertas e fechadas para a Coordenação da Comissão de Extensão dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas (COMEX-BIO) do IB (Apêndice 2) e para a Coordenação do Fórum de Coordenadores das Comissões de Extensão (FOREX) da UFRGS (Apêndice 3).

Todos os questionários iniciavam com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 4), contendo as informações sobre o projeto, abordando o objetivo de estudo, procedimentos, instituição de pesquisa, sigilo, riscos e benefícios. Todos participantes aceitaram participar desta pesquisa.

Os questionários foram enviados individualmente para todos os entrevistados. Apenas os(as) Coordenadores(as) dos Projetos e Programas de Extensão tiveram duas questões abertas e as demais questões fechadas de acordo com a Escala de Likert (Gil, 2008). Escala utilizada para mensurar opiniões, numa escala com um nível maior de nuances, do que sim ou não, onde os entrevistados especificam em cinco categorias seu nível de concordância ou não, sobre o que lhe foi questionado. Os demais questionários tiveram somente perguntas abertas.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

Os projetos de extensão são responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e da Comissão de Extensão da Unidade do Instituto de Biociências, bem como sua aprovação e avaliação. Passando pelas chefias dos departamentos e direção das unidades.

Foram pesquisados documentos legais (legislações pertinentes à EU). Os dados coletados foram analisados tendo como base a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011).

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

5.1 QUESTIONÁRIO COM OS(AS) COORDENADORES(AS) DE PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO DA UFRGS (2019 E 2020)

Ao todo foram pesquisados nos anos de 2019-2020, trinta e seis Projetos/Programas de Extensão no IB, nos seis Departamentos: Biofísica, Biologia Molecular e Celular, Botânica, Ecologia, Genética, Zoologia (Figura 1):

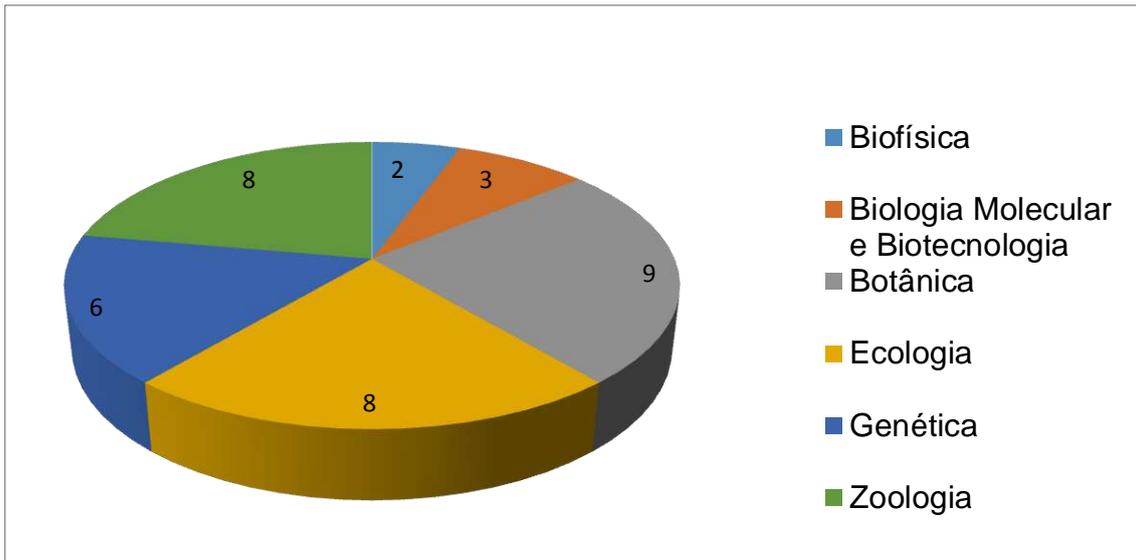


Figura 1. Projetos de Extensão do IB por Departamento 2019-2020. Fonte: a Autora (2021)

Destes 36 projetos, apenas um não foi respondido e outros dois, devido ao fato da Coordenadora responsável, ser orientadora desta pesquisa. Portanto foram investigados 33 Projetos e Programas de Extensão neste período, sendo respondido por 17 Coordenadores dos Projetos/Programas de Extensão. Os Coordenadores responderam sobre cada Projetos ou Programas de Extensão, com as perguntas conforme o Apêndice 1. Sendo cinco questões fechadas, conforme a Escala de Likert, com a possibilidade de marcar outra alternativa: “Outro” e descrevê-la por extenso, dando assim a possibilidade, ao(a) entrevistado(a) de uma resposta mais específica, que ampliasse a gama de informações coletadas.

Na primeira pergunta: “A Proposta do seu Projeto/Programa de Extensão está relacionada diretamente à matriz curricular dos Cursos de Ciências Biológicas (Figura 2).

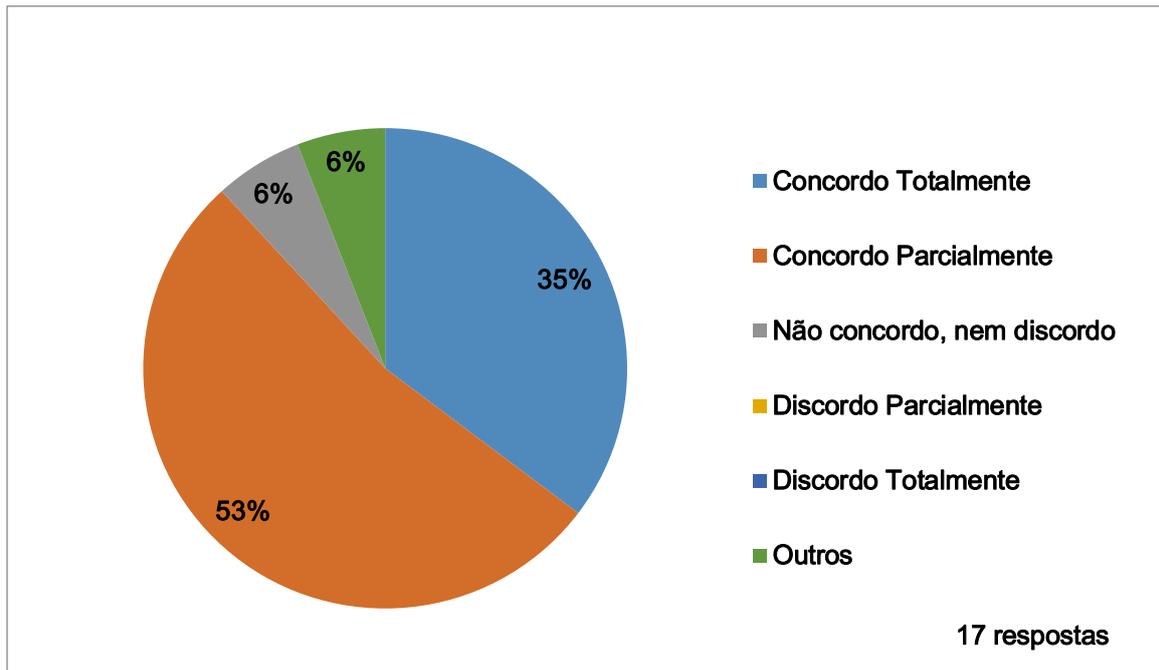


Figura 2. Projeto/Programa realizado e a relação com o curso. Fonte: a Autora (2021)

Como podemos perceber a maioria dos entrevistados, 53%, concorda parcialmente que seu Projeto ou Programa de Extensão nos Cursos de Ciências Biológicas, está diretamente relacionado com a matriz curricular dos cursos de Ciências Biológicas, enquanto 35%, concorda totalmente. Outros 6% não concordam nem discordam. Um entrevistado marcou “Outro”, onde diz que sua disciplina não está diretamente relacionando, mas que poderia estar.

Conforme Rovati e D’Ottaviano (2017), que descrevem os territórios da EU, o que se percebe que a extensão é algo dado e implicitamente definido. Mas nem todos sabem quais caminhos seguir. Nesta questão, percebe-se que a maioria dos entrevistados acredita que seu Projeto ou Programa de Extensão não esteja diretamente relacionado com a matriz curricular dos Cursos de Ciências Biológicas. Porém, para os autores, existem diversos territórios para serem explorados, uma grande diversidade de temas, abordagens e ênfases. É necessário achar este caminho e perceber onde seu Projeto ou Programa possa ser um ‘novo território de extensão’.

Na segunda pergunta: “O seu Projeto/Programa de Extensão teve os objetivos alcançados?” (Figura 3):

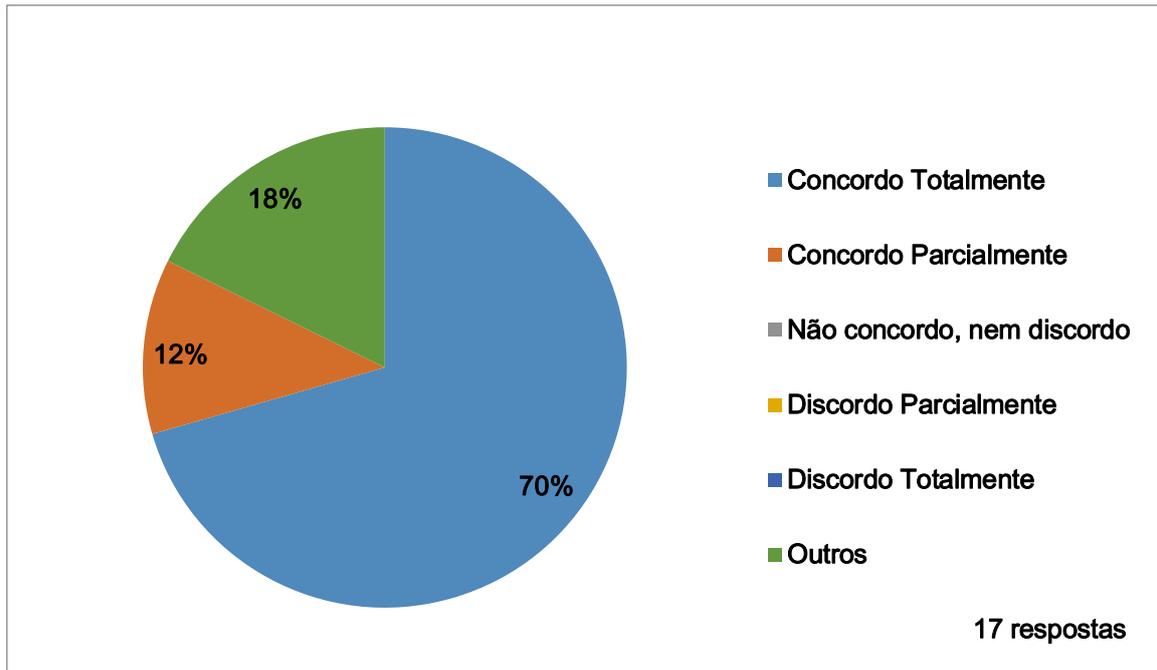


Figura 3. Projeto/Programa de Extensão teve os objetivos alcançados. Fonte: a Autora (2021).

Como podemos ver na figura 3, 70% dos entrevistados concordam totalmente que os objetivos do seu Projeto/Programa de Extensão teve no período investigado (2019-2020) os objetivos alcançados. Apenas 12% concordaram parcialmente, enquanto que 3 entrevistados, marcaram a opção “Outro”. Sendo que dois entrevistados disseram que “*seus projetos estão iniciando*”. Outro entrevistado, respondeu que: “*os objetivos estavam sendo alcançados, porém devido a pandemia, houve a impossibilidade da realização presencial*”.

A PNEU (2012) possui 15 objetivos necessários para que se faça o enfrentamento aos novos desafios, além de aproveitar novas oportunidades, pois percebem o contínuo fortalecimento da EU. E superar e vencer cada um deste objetivos é uma das metas da PNEU (2012).

Na terceira questão: “*Seu Projeto/Programa de Extensão poderia compor as disciplinas para carga horária extensionista dos Cursos de Ciências Biológicas da UFRGS?*” (Figura 4).

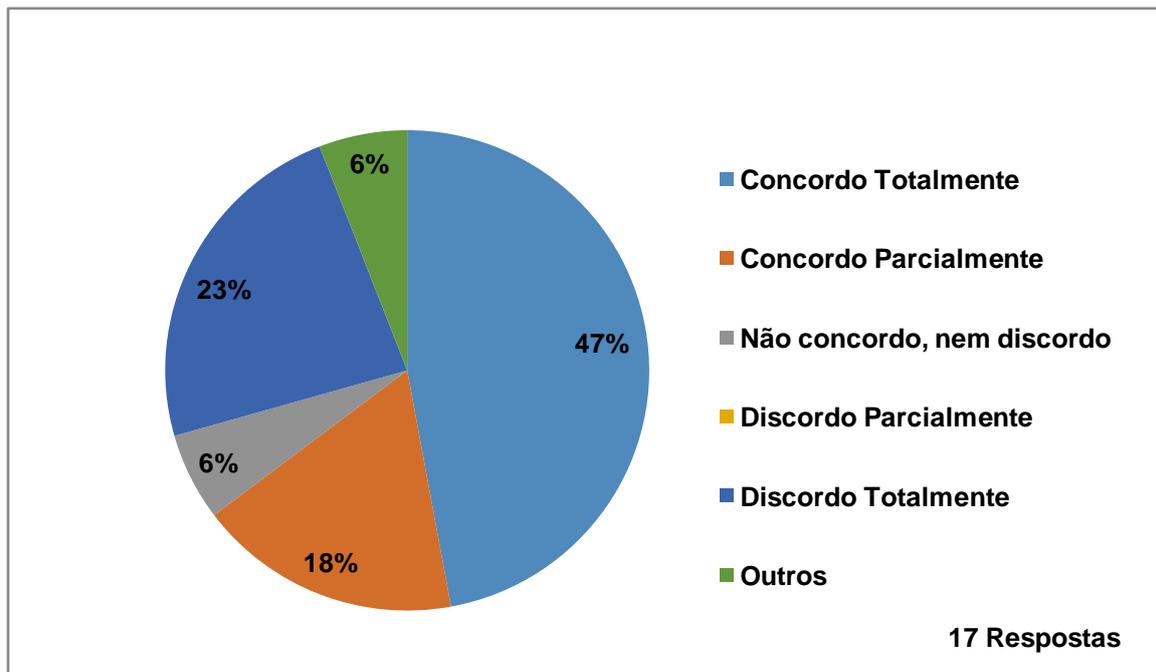


Figura 4. Projeto/Programa de Extensão compõe disciplinas para carga horária extensionista nos Cursos de Ciências Biológicas da UFRGS. Fonte: a Autora (2021)

Quanto às disciplinas para a carga horária extensionista, 47% dos coordenadores(as) dos Projetos/Programas de Extensão afirmam que poderiam compor as disciplinas para a carga horária extensionista. 18% concordam parcialmente com esta questão e 6% não concordam, nem discordam. Uma parcela pequena, mas significativa, em relação ao total de pesquisados que corresponde a 23% dos participantes, discordam totalmente. Um entrevistado, relata que: “*compor disciplinas não é o melhor de vincular extensão e ensino*”.

Como citado na primeira questão, Rovati e D’Ottaviano (2017), há diversos territórios de extensão para serem explorados, eles descrevem: “*desde uma convencional prestação de serviço para a elaboração de um plano diretor até ações diretas de solidariedade a movimentos de ocupação de imóveis ameaçados pela violência policial*” (ROVATI E D’OTTAVIANO, 2017, p. 17). Sendo possível assim, conquistar, ou perceber no seu território onde estejas atuando, a possibilidade de ver nele uma nova concepção do que já está sendo realizado.

Na quarta questão: “A Extensão Universitária na matriz curricular obrigatória pode contribuir para disseminação da pesquisa, no campo do ensino, bem como na disseminação do conhecimento científico na sociedade?” (Figura 5):

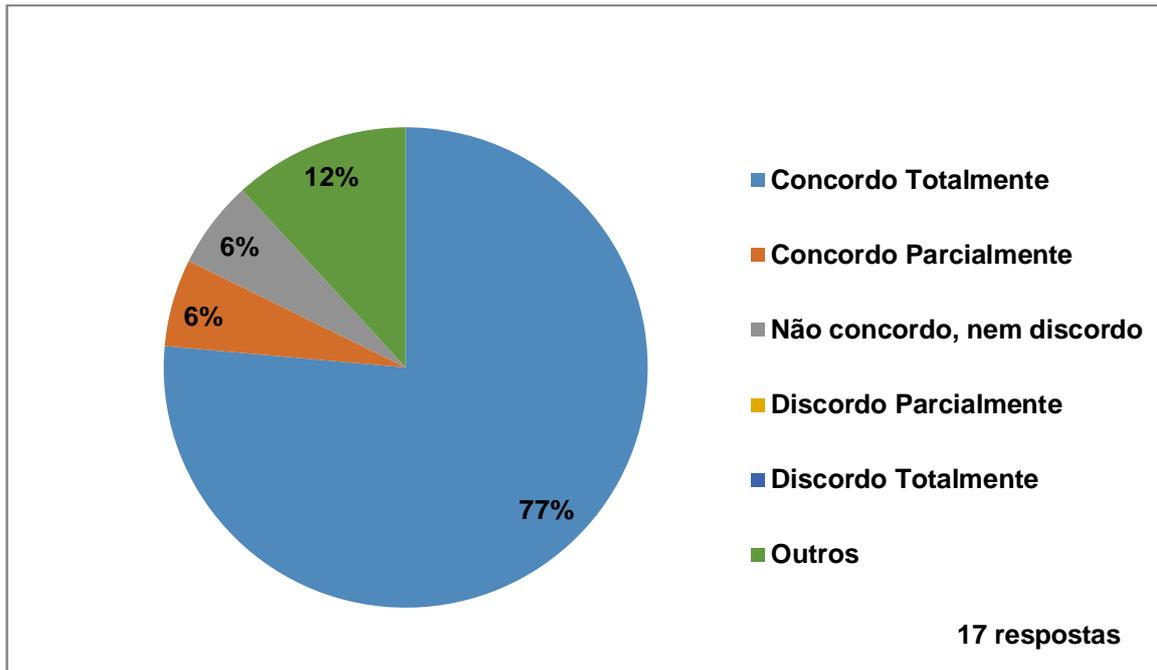


Figura 5. A Extensão Universitária pode contribuir para disseminação da pesquisa no ensino e disseminar conhecimento científico na sociedade? Fonte: a Autora (2021)

A grande maioria dos entrevistados (nesta pergunta, 77%) concordam totalmente que a EU na matriz curricular obrigatória pode contribuir para a disseminação da pesquisa, no campo do ensino, bem como no conhecimento científico na sociedade. Outros 6% concordam parcialmente, assim como 6%, não concordam e nem discordam. 12% marcaram a opção “outros”, um coordenador informou que não foi compreendida a questão, e outro informou que “a extensão no currículo serve para garantir que o aluno tenha uma experiência de relacionamento direto com a sociedade durante sua formação”.

Para Benetti, Sousa e Souza (2015), que descreveram o relato de como foi realizada a curricularização da extensão na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), eles acreditam que a EU muda a tendência pedagógica do ensino, com uma sala de aula diferente, novos métodos e aprendizagens, devida a uma demanda da preocupação com a formação cidadã e não apenas técnica do ensino ao estudante, ampliando assim o saber, aprendendo com o que vivencia fora da sala, na interação com a comunidade, adquirindo assim uma visão de mundo ampliada. Melhora no aperfeiçoamento dos discentes e dos docentes, para buscarem estabelecer com a sociedade uma troca de saberes, construindo assim um pensamento crítico, e em especial, buscando a melhoria para a qualidade de vida da população.

Na última questão fechada: “Na sua opinião existem muitos desafios para que este projeto de EU possa integrar a matriz curricular dos Cursos de Ciências Biológicas da UFRGS?” (Figura 6):

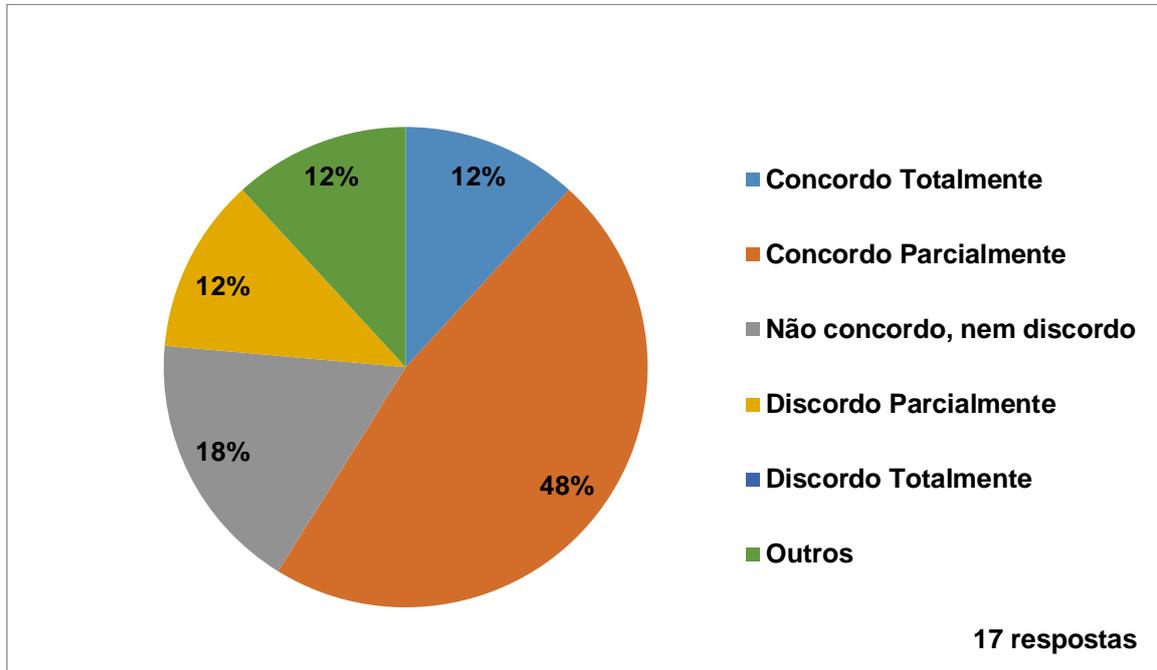


Figura 6. Existem muitos desafios para que este projeto de EU possa integrar a matriz curricular dos Cursos de Ciências Biológicas da UFRGS?” Fonte: a Autora (2021)

Como vimos na figura 6, à maioria dos entrevistados, 48% concordam parcialmente “que existem muitos desafios para que este projeto de EU possa integrar a matriz curricular dos Cursos de Ciências Biológicas da UFRGS”. Em relação aos 12% que concordam totalmente, índice inferior, aos que não concordam e nem discordam 18%. Outros 12% discordam parcialmente, enquanto 12%, marcaram a opção outros, um coordenador informou que compreendeu a questão, outro salientou que no seu projeto não havia desafios, mas sim da EU da UFRGS.

Conforme a PNEU (2012), numa conjuntura internacional, as últimas décadas do século XX desencadearam diversas mudanças. Houve uma espécie de crise civilizatória: crise ambiental, urbanas, crise e precarização dos empregos, crise do bem-estar, e a ineficácia das políticas públicas. Mesmo internacionalmente, vivendo localmente, agimos globalmente. Assim as novas demandas, devem ser encaradas como desafios. O que eu, enquanto professor, alunos, ou equipe de um Projeto ou Programa de Extensão posso estar contribuindo com a sociedade, ou mesmo não estando num projeto, pode-se pensar nas demandas advindas da sociedade, com

novos projetos e programas, ou reescrevendo novos objetivos para um Projeto ou Programa já em execução.

Na sexta questão do questionário, os entrevistados poderiam marcar mais de uma opção, que solicitava aos entrevistados: “Identifique quais os desafios a serem vencidos para fazer a integralização da extensão universitária curricular (pode marcar mais que uma):” O resultado desta questão, segue abaixo: (Figura 7):

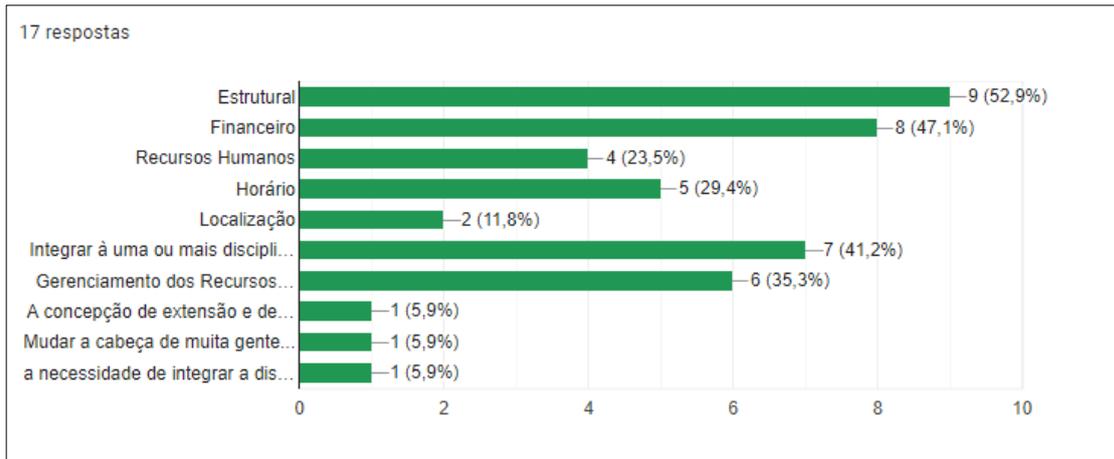


Figura 7. Identifique quais os desafios a serem vencidos para fazer a integralização da extensão universitária curricular. Fonte: a Autora (2021)

Na figura 7 o maior desafio para fazer a integralização da extensão é “estrutural” (52,9%). Logo abaixo, “financeiro” (47,1%). Na terceira posição, “integrar a uma ou mais disciplinas do curso” (41,2%). Após fica o gerenciamento dos recursos humanos, com (35,3%) e “recursos humanos” (23,5%). A “localização” ficou com (11,8%) e três entrevistados marcaram a alternativa: “Outro”, onde um entrevistado descreveu que: “a concepção de extensão e curricularização da UFRGS é obtusa e inadequada”; corroborando com outro entrevistado que descreveu: “a necessidade de integrar a disciplinas é estúpida porque parte de que currículo = disciplinas, carga horária em atividade de extensão, sendo integrada a projetos de pesquisa com esse caráter, em ações de extensão, deveria compor a curricularização da extensão”. Outro entrevistado, que marcou a opção: “Outro”, descreveu: “mudar a cabeça de muita gente”.

Todos estes aspectos devem ser considerados, tendo em vista os programas de financiamentos, de pessoal para que possam acontecer, além do desejo intrínseco de fazer mudança. Buscando parcerias e dialogando com a sociedade e

demais instituições presentes nos municípios onde estão inseridos os diversos campi da UFRGS.

A sétima questão, neste caso aberta, aos Coordenadores (as) dos Projetos e Programas de EU do IB solicitou: “Quais as estratégias que poderiam ser utilizadas para que os projetos/programas de Extensão Universitária pudessem integrar a matriz curricular dos cursos de Ciências Biológicas de UFRGS?”

Da análise do conteúdo das questões respondidas, foi possível criar três categorias de respostas, sobre o tema desta pesquisa: a curricularização da extensão.

- 1- Conhecem o assunto: 70% dos entrevistados.
- 2- Conhecem o assunto, mas não são favoráveis ao modelo proposto para a curricularização: 18% dos entrevistados, e
- 3- Desconhecem o assunto: 12% dos entrevistados.

- Categoria 1: “Conhecem o assunto”.

Categoria com maior número de respostas (70%). Vale destacar algumas respostas e trechos de algumas estratégias que pudessem integrar a matriz curricular com atividades extensionistas, sendo está, na sua íntegra, pois traz importantes contribuições de possíveis estratégias para curricularizar a extensão: *“Acredito que a curricularização da extensão seria muito positiva para a formação dos alunos e atenderia às demandas de muitos deles, que já participam de projetos de extensão. Acredito que seria mais fácil iniciar a curricularização de atividades de extensão que já tenham sido oferecidas e que sejam oferecidas regularmente. Essas ações de extensão seriam então certificadas e validadas para creditação das horas ao aluno. A carga horária de extensão poderia substituir algumas atividades eletivas/alternativas. Além disso, acredito ser viável também a estratégia de ações de extensão incorporadas a disciplinas, que passarão a dedicar parte ou toda a carga horária a tais atividades. Muitas disciplinas dos cursos de Ciências Biológicas abordam tópicos de poderiam ser perfeitamente explorados em atividades de extensão”*. Coordenadora de Projetos/Programas de Extensão do IB.

Nesta fala percebe-se que para essa Professora Coordenadora, há diversos vieses, que são possíveis para fazer a integralização curricular. Outro se refere, ao mesmo procedimento, usar as disciplinas ou programas de EU já existentes, enquanto que outro menciona, em aumentar as bolsas de extensão, integrando a

carga horária com a disciplina. Outro participante salienta que muitos profissionais não sabem o potencial, que teria de integrar um ou mais projetos e uma ou mais disciplinas, em conjunto com outros professores.

Outros dois Coordenadores(as) salientam que na organização das tarefas, cronogramas, definição do público-alvo, com objetivos bem estruturadas, contribuindo em etapas para o desenvolvimento do aluno. Uma das respostas refere *“que talvez 1 dos 4 créditos dessa disciplina poderiam compor o currículo de extensão. Outras disciplinas podem ter perfil similar”*. Outro coordenador na íntegra de sua resposta: *“Acredito que uma estratégia importante seria termos grandes linhas de atuação, ou projetos, onde diferentes ações de extensão e disciplinas poderiam colaborar e beneficiar-se dos recursos, potencializando os resultados”*. Uma Coordenadora salienta que apoio estrutural e financeiro seria muito importante.

Percebemos que a EU no IB possui muitas estratégias para serem analisadas e elaboradas em conjunto com a coordenação de curso e a equipe docente, e apresentada para análise dos discentes, que serão os alunos e alunas, que deverão desempenhar este papel na sociedade. Outra Coordenadora refere que: *“Imagino que os projetos podem formar parte de uma atividade prática de alguma(s) disciplina(s) já existentes, ou criar disciplinas com esse objetivo”*. Outra Coordenadora, na sua íntegra: *“Cada projeto/programa oferecer algumas vagas para alunos dos referidos cursos. Usar a mesma estratégia de estágios curricular com uma dupla de professores responsável pela colocação dos alunos nos projetos/programas”*.

Como podemos analisar, são diversas estratégias que possibilitam um pensar mais atuante de toda equipe docente do IB, para promover através da extensão, maior prática aos alunos, benefícios para o público-alvo, e mudando um pouco o contexto da pesquisa e do ensino, ou quem sabe, aprimorando a Terceira Missão das universidades brasileiras. Outro Coordenador salienta a importância de maior divulgação dentro da universidade.

- Categoria 2: *“Conhecem o assunto, mas não são favoráveis ao modelo proposto para a curricularização”*.

Um Coordenador o qual descrevo sua fala na íntegra: *“É preciso encontrar um mecanismo para esta curricularização que seja eficaz. Transformar projetos em disciplinas ou disciplinas em projetos me parecem ser dois caminhos pouco eficazes”*.

Integrar disciplinas e projetos me parece mais promissor". Outro Coordenador, também representado na íntegra de sua fala: *"Ampliar as modalidades de relacionamento universidade-sociedade reconhecidas com "extensão". "Superar o modelo cartesiano de que uma determinada hora de atividade só possa ser contabilizada ou como ensino, ou como pesquisa, ou como extensão. Isso cria um artificialismo burocrático que não combina com a modernidade e com a realidade"*. E outro Coordenador na íntegra de sua resposta: *"reconhecer as horas dedicadas a atividades de extensão quer em projetos de pesquisa ou ações de extensão ou programas institucionais de extensão deveria ser o mecanismo e não a incorporação em disciplinas, currículo não é = disciplinas; pode ser interpretado e deveria ser implantado com uma perspectiva muito mais ousada"*.

Percebe-se, nestas respostas críticas, porém construtivas de um processo que ainda precisa ampliar o debate para toda a comunidade acadêmica. Aqui estamos nos referindo aos desafios e estratégias para a implantação da curricularização da extensão, entretanto, uma peça-chave, muito importante neste processo, o qual fará com que ela saia do papel e crie pernas ou asas para trilhar ou voar.

- Categoria 3: "Desconhecem o assunto".

Um Coordenador relatou que nunca havia pensado nesta possibilidade, e que não compreendeu o processo de curricularização da extensão. E outra Coordenadora, escreveu: *"não saberia dizer"*.

Apesar de ser um número pequeno, de participantes nesta pesquisa, que totalizou 17 participantes, ainda há quem desconhece o tema da curricularização da extensão. Anos após as publicações das legislações pertinentes ao tema, sendo publicada pela primeira vez no PNE 2000-2010, reforçada pela Resolução de 2018, alguns Coordenadores, docentes do IB, ainda não estão acompanhando os debates em torno desta importante temática, tendo em vista, que possuem Projetos/Programas de extensão.

Após a análise das três categorias elaboradas, a partir das respostas e, de acordo com Benetti, Sousa e Souza (2015), entre os anos de 2011 e 2012 a Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ, com apoio da Plenária de Coordenadores de Extensão de Centros e Unidades e da Pró-Reitoria de Graduação, elaborou uma pesquisa intitulada: *"(Re)conhecendo a extensão na UFRJ: Levantamento de*

atividades de extensão passíveis de receber créditos nos Cursos de Graduação da UFRJ“. De maneira resumida, como pôde ser categorizada está questão, a partir de repostas esclarecedoras; “ou não sabe”, “ou sabe”, “ou sabe, mas é contra este modelo de curricularização”, a pesquisa realizada pela UFRJ já é um modelo viável a ser seguido.

Tendo em vista a tecnologia atual contribui para a divulgação e procedimento. Poderia ser realizado através de um aplicativo com questões para docentes, discentes, funcionários, ou seja, toda comunidade acadêmica, os quais podem votar, opinar e sugerir Projetos e Programas de Extensão já existentes ou não, passíveis de receber créditos de extensão. Nada melhor do que a opinião de todos os envolvidos, pois os impactos gerados pelas as mudanças afetarão a todos, e esperamos que de maneira positiva, agregando conhecimento tanto dentro como fora da academia.

A última pergunta aos Coordenadores (as) dos Projetos e Programas de Extensão do IB refere-se aos Projetos/Programas de Extensão Universitária aprovados para o ano letivo de 2020. Como foi a realização durante o período de Pandemia?

Sete Coordenadores informaram que não conseguiram realizar o trabalho no período da pandemia por Covid-19, cada um relatando as especificidades de seus trabalhos, em especial no que se refere em ir a campo. Os demais 10 Coordenadores, disseram que foi possível. Três Coordenadores informaram que foi muito bem resolvido e outros sete relataram que foi possível em parte, devido às atividades remotas, mas mesmo assim conseguiram resultados para seus Projetos/Programas de EU no período de pandemia.

A pandemia por Covid-19 afetou diversas áreas da extensão, devido às medidas sanitárias necessárias neste período, porém a maioria dos Coordenadores (as) informaram que o uso da tecnologia foi extremamente importante para darem continuidade as suas ações extensionistas. Como reuniões de equipe síncronas, divulgação em redes sociais das ações, blogs e sites, *lives*, além do trabalho remoto.

5.2 ROTEIRO DE PERGUNTAS À COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE EXTENSÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS DA UFRGS (COMEX-BIO)

Este questionário (APÊNDICE 2) foi elaborado para que um membro(a) da Coordenação da Comissão de Extensão do Instituto de Biociências. Conforme a análise das oito perguntas abertas, as respostas foram bem sintéticas, podendo-se fazer uma análise geral de como a COMEX-BIO está trabalhando no intuito de fazer a curricularização da extensão nos cursos de Ciências Biológicas da UFRGS.

A pessoa responsável pelas respostas informa que a COMEX-BIO tem participado dos debates sobre o tema com o Fórum de Extensão da UFRGS. Também confirmou que os Projetos e Programas de EU do IB, possuem os requisitos necessários para ingressar na matriz curricular em atividades extensionistas.

Sendo os maiores desafios para a implantação curricular em 10% em atividades extensionistas, o número de vagas disponíveis para a ação, além da disponibilidade de tempo dos alunos em participarem das ações e dos Coordenadores em orientar estes alunos.

Este realmente é um dos grandes debates que se tem realizado em quanto à curricularização da extensão, em especial aos alunos do curso noturno. Porém é mais um desafio a ser enfrentado.

Questionado, se as disciplinas da graduação podem ser adequadas para a integralização curricular, foi respondido que não. O contrário do que disseram vários Coordenadores de Projetos/Programas de EU. Estes, em sua maioria, disseram que seus Projetos/Programas de EU, podem sim compor, uma ou mais disciplinas e projetos, demonstrando uma visão mais ampla, sobre esse tema.

Em relação às possíveis estratégias de fazer a curricularização da extensão no IB, informou que ainda, não havia pensado sobre isto. Entretanto apesar do prazo ter sido ampliado para mais um ano, 2022 não poderá fugir ao tema.

Ao ser solicitado se há algum prazo estipulado para que ocorra este processo de curricularização, respondeu que não sabia. E para finalizar, ao ser solicitado se a equipe de docentes do IB participa dos debates a cerca deste tema, ele acha que não e, ao ser questionado, se os alunos do IB participavam dos debates sobre a mudança na matriz curricular, informou que não sabe.

Este foi o resultado sintético das respostas da COMEX-BIO, na sua apresentação, em relação em como está o tema da curricularização da extensão no IB. Um panorama não muito favorável, porém conforme a FORPROEX (2012), esse debate ainda está longe de ser efetivado, não só por questões estruturais, mas por outras questões, inclusive o desconhecimento e interesse pelo tema, tanto por professores e alunos.

5.3 ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A COORDENAÇÃO DO FÓRUM DE EXTENSÃO DA UFRGS (FOREX UFRGS)

Este questionário (APÊNDICE 3) com sete questões abertas, foi enviado para um membro(a) da Coordenação do Fórum de Extensão da UFRGS (FOREX-UFRGS). Assim como no questionário acima, as respostas foram bem sintéticas, podendo-se fazer a análise geral das respostas. Em relação, se a proposta da Câmara de Extensão da UFRGS em 2018, possuía todos os requisitos necessários para a curricularização da extensão nos cursos de graduação da UFRGS, o membro entrevistado, informou que naquele momento não existiam informações necessárias para isso, além das informações do Ministério da Educação e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que já estava implantado.

Questionado sobre o documento embasado, a partir de documentos oficiais, legislações, relatos de IES, que recomendavam a curricularização, o que falta para a UFRGS fazer a implantação? A resposta foi *“não, pois todas as unidades estavam desinformadas, e não participaram do Fórum, e quando iam, ficavam apavorados com as informações para fazer a curricularização”*.

Sobre os maiores desafios a serem enfrentados para a curricularização da extensão, para o respondente, seria a uniformidade das informações sobre a curricularização. E em relação às estratégias que já estão em andamento, para que se efetive, a resposta foi que desconhece. Ao ser solicitado pelo prazo, para a finalização deste processo, disse que sim, que consta no Diário Oficial da União (DOU).

O entrevistado também desconhece se os docentes da UFRGS estão participando dos debates sobre a curricularização da extensão. Em relação aos alunos, se estão participando estão participando, foi dito, que quando os discentes são chamados para as discussões sobre a curricularização, eles participam, mas é muito raro.

Podemos perceber, através desta entrevista, que o conhecimento sobre o processo de garantir que 10% das disciplinas dos cursos de graduação possuam atividades extensionistas no seu currículo, a chamada curricularização da extensão, palavra ainda nova para muitos, deve e merece ter a atenção necessária aos seguimentos das normativas legais.

Conhecer como outros países ou IES no Brasil estão fazendo sua curricularização (PNEU, 2012) não torna apenas isso necessário, pois cada IES está localizada geograficamente em localidades diferentes dentro deste nosso Brasil continental e a liberdade para criar a matriz curricular destes cursos com a extensão participativa, em forma de lei, se torna um benefício e não algo imposto igualmente para todas as IES, em criar uma matriz curricular que responda aos anseios da sociedade e da comunidade do entorno da IES. Fomentando o ensino, a pesquisa e a extensão, divulgando o conhecimento científico, a ciência, sendo ela humana, da natureza, das linguagens, das exatas, e assim por diante, em todos os rincões deste nosso enorme e biodiverso Brasil.

6 CONCLUSÃO

Ao concluir esta pesquisa, que desde o início do projeto, nas suas primeiras fases de exploração dos dados sobre o tema da Extensão Universitária, ao aprofundar e descobrindo que o tema era bem abrangente, pois falar de extensão é falar de todos os pilares da Universidade, pois a Extensão é indissociável da Pesquisa e do Ensino.

A Extensão Universitária é divulgadora do que a Universidade pesquisa e ensina, e traduz em seus artigos científicos, de escrita um tanto complicada para quem não atua na área, mas que, mesmo assim, pode ser esclarecido por meio dos Projetos e Programas da Extensão. Onde todos possam ser inseridos neste espaço, tanto como público-alvo, aluno (a), levando até as comunidades pesquisas pertinentes àquela realidade, sendo multiplicadores.

Sendo assim a Extensão Universitária, faz a ponte da pesquisa e do ensino, para pessoas, as quais jamais tiveram acesso ao mundo acadêmico e científico. Desta maneira, foi visível que a maior parte dos(as) Coordenadores(as) dos Projetos e Programas da Extensão Universitária do Instituto de Biociências acredita que,

através a Extensão, seja possível levar de maneira acessível às comunidades os trabalhos pesquisados dentro da Universidade, tornando assim, o conhecimento difundido tanto de dentro para fora, como de fora para dentro dos muros universitários, pois o(a) aluno(a) aprenderá vivenciando sua futura práxis, *in loco*, formando-se assim um sujeito mais consciente e preparado para os desafios que surgirão em sua caminhada profissional e de vida. De fora para dentro, temos o saber popular, que será resgatado, valorizado e aperfeiçoado com o trabalho em conjunto que será realizado.

Porém, para que tudo isso aconteça nos Cursos de Ciências Biológicas da UFRGS, (Licenciatura e Bacharelado), é importante que mais professores(as) e também alunos(as) se debruçam juntamente sobre este tema, que é fazer a curricularização da extensão, pois ambos são parte interessada.

Em nível mais abrangente, a UFRGS deve ampliar e divulgar este debate com todos os docentes, discentes, comunidade acadêmica e também das comunidades do entorno dos vários Campi da UFRGS. Portanto, podendo abranger o maior número de pessoas, facilitando o acesso ao público-alvo ou podendo abranger outros fazeres mais distante da sua unidade, como foi pesquisado em alguns Projetos e Programas de Extensão Universitária do IB, que se localizam longe do campus do IB.

Os objetivos propostos por esta pesquisa foram todos alcançados, podendo conhecer os Projetos e Programas de Extensão do IB, bem como analisar o discurso dos(as) Coordenadores(as) dos Projetos e Programas de Extensão Universitária, que possuem uma visão crítica, mas prudente, sobre os desafios e estratégias para que a curricularização da extensão, se torne viável nos Cursos de Ciências Biológicas.

Na análise geral, feita através das respostas do questionário para um membro do Fórum de Extensão da UFRGS (FOREX-UFRGS), percebeu-se que a caminhada ainda está em passos lentos, e será necessário um maior esforço, de todo corpo docente da UFRGS, para que juntos possam pensar em estratégias que vençam os desafios que virão pela frente.

Estes desafios podem se transformar em metas amplas pessoais e comunitárias, dependendo da abrangência do Projeto. Seja qual for, e onde for, estará levando para fora dos muros da academia o saber científico atualizado, através de ações possíveis de serem realizadas pela comunidade, e que tenha

relevância social para a universidade, para a comunidade do Estado e para o Brasil, contribuindo para a emancipação e transformação social dos futuros formandos/formandas e de toda sociedade, que só poderá ser beneficiada com uma população cientificamente mais educada, através de ações às quais possam interagir, opinar e criar, criando um elo entre todos, em especial, neste próximo “novo momento” em que estamos vivenciando a pós-pandemia, onde a chave do sucesso para toda e qualquer nação é a solidariedade e a cooperação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENETTI, Pablo Cesar; SOUSA, Ana Inês Sousa; SOUZA, Maria Helena do Nascimento. *Creditação da extensão universitária nos cursos de graduação: relato de experiência*. Revista Brasileira de Extensão Universitária v. 6, n. 1, p. 25-32 jan – jun. 2015 e-ISSN 2358-0399. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/RBEU/article/view/1951>. Acesso em 14 out. 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 23 nov. 2021.

_____. Lei nº. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Disponível em 23 nov. 2021.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (*Plano Nacional de Educação*). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf> . Acesso em 10 out. 2021.

_____. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências*. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm >. Acesso em 10 out. 2021.

_____. Portaria nº 1.350, publicada no DOU de 17/12/2018, Seção 1, Pág. 34: *Homologação do Parecer do CNE (2018a)*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102551-pces608-18/file> . Acesso em 10 out. 2021.

_____. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018- *Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências*. (2018b). Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808 Acesso em 10 out. 2021.

_____. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018c. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#:~:text=A%20Base%20Nacional%20Comum%20Curricular,e%20modalidades%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica.>>. Acesso em 23 de nov. 2021.

_____. *Despacho de 24 de dezembro de 2020*. Ministério da Educação. Disponível em: <https://curricularizacaoaextensao.ufsc.br/files/2021/01/Prorroga-prazo-Homologac%C3%A7%C3%A3o-e-o-Parecer-CNE-CES-nr-498-2020.pdf>>. Acesso em 01 nov. 2021.

FERREIRA, Ivanir. Ações de universidades públicas evidenciam importância da ciência no combate à covid. *Levantamento mostra mais de 2 mil iniciativas de institutos federais e universidades para combater efeitos da pandemia em todo o País. USP contribui com aproximadamente 20% de todas as ações.* Jornal da USP: São Paulo, 2020. Disponível em:

<<https://jornal.usp.br/ciencias/acoes-de-universidades-publicas-evidenciam-importancia-da-ciencia-no-combate-a-covid/>>. Acesso em 21 nov. 2020

FREIRE, Paulo. *Comunicação ou Extensão?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 8º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Disponível em:

<<https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Extensao-ou-Comunicacao-1.pdf>>. Acesso em 22 de nov. 2021.

FORPROEX. XXXI Encontro Nacional do FORPROEX. *Carta de Manaus*. Maio de 2012. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>> Acesso em 12 out. 2021.

GIL. Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. - 6. ed. São Paulo : Atlas,. 2008.

GIMENEZ . Ana Maria Nunes. *As multifaces da relação universidade-sociedade e a construção do conceito de Terceira Missão*. 2017. 329 f. Tese. Doutorado em: Política Científica e Tecnológica. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017. Disponível em:

<https://1library.org/document/download/ye84ojey?page=1#_>. Acesso em 22 out. 2021.

OLIVEIRA, Leandro Barros. *Teorias conspiratórias na era digital: Reflexões sobre o papel da geografia escolar frente a desmistificação da teoria da terra plana*. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 17, n. 1, pág. 49-64, jan-jun 2021. Disponível em: <<file:///C:/Users/Gisa/Downloads/48154-210039-1-PB.pdf>>. Acesso em 22 nov. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico* [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em:

<<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> . Acesso em 01 out. 2021.

ROVATI, João; D'OTTAVIANO, Camila. *Os territórios da extensão universitária. In.: Para além da sala de aula. Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional*. ROVATI, João; D'OTTAVIANO, Camila. 1º ed. - São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017. 146 p. Disponível em:

<http://anpur.org.br/public/publicacoes/livros/para_alem_da_sala_de_aula.pdf> . Acesso em 22 out. de 2021.

UFRGS. Conselho Universitário (CONSUN-UFRGS) Decisão Nº 266/2012 O Conselho Universitário, em sessão de 20/07/2012, tendo em vista o constante no processo nº 23078.038259/10-52, de acordo com o Parecer nº 222/2012 da

Comissão de Legislação e Regimentos, decide aprovar a Política de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em:

<file:///C:/Users/Gisa/Downloads/Dec266-12%20-%20PoliticaDeExtensao.pdf>.

Acesso em 24 nov. 2021.

APÊNDICE 1**AOS (AS) COORDENADORES (AS) DOS PROJETOS/PROGRAMAS DE
EXTENSÃO DA UFRGS NO PERÍODO DE 2019-2020**

1) A proposta do seu Projeto/Programa de Extensão está relacionada diretamente a matriz curricular dos cursos de Ciências Biológicas:

concordo totalmente

concordo parcialmente

não concordo, nem discordo

discordo parcialmente

discordo totalmente

outro (s): _____

2) O seu Projeto/Programa de Extensão teve os objetivos alcançados?

concordo totalmente

concordo parcialmente

não concordo, nem discordo

discordo parcialmente

discordo totalmente

outro (s): _____

3) Seu Projeto/Programa de Extensão poderia compor as disciplinas para carga horária extensionista dos cursos de Ciências Biológicas da UFRGS?

concordo totalmente

concordo parcialmente

não concordo, nem discordo

discordo parcialmente

discordo totalmente

4) A Extensão Universitária na matriz curricular obrigatória pode contribuir para disseminação da pesquisa, no campo do ensino, bem como na disseminação do conhecimento científico na sociedade?

concordo totalmente

- concordo parcialmente
- não concordo, nem discordo
- discordo parcialmente
- discordo totalmente
- outro (s): _____

5) Na sua opinião existem muitos desafios para que este Projeto de EU possa integrar a matriz curricular dos cursos de Ciências Biológicas da UFRGS?

- concordo totalmente
- concordo parcialmente
- não concordo, nem discordo
- discordo parcialmente
- discordo totalmente
- outro (s): _____

6) Identifique quais os desafios a serem vencidos para fazer a integralização da Extensão Universitária curricular (pode marcar mais que uma):

- financeiro
- estrutural
- recursos humanos
- horário
- localização
- integrar à uma ou mais disciplinas do curso
- gerenciamento dos recursos humanos
- outro (s): _____

7) Quais as estratégias que poderiam ser utilizadas para que os Projetos/Programas de Extensão Universitária pudessem integrar a matriz curricular dos cursos de Ciências Biológicas de UFRGS?

8) Em relação aos Projetos/Programas de Extensão Universitária aprovados para o ano letivo de 2020, como foi à realização ou não destes projetos/programas, durante o período de pandemia?

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE PERGUNTAS A COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE EXTENSÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS DA UFRGS (COMEX-BIO)

- 1) A Comissão de Graduação do Instituto de Biociências está participando dos debates com o Fórum de Extensão da UFRGS?
- 2) Os Projetos/Programas de Extensão Universitária do Instituto de Biociências da UFRGS possuem os requisitos necessários para ingressar na matriz curricular em atividades extensionistas?
- 3) Quais seriam os maiores desafios para a implantação curricular em 10% em atividades extensionistas?
- 4) Tem disciplinas da graduação que podem ser adequadas à integralização curricular?
- 5) Quais são as estratégias para que seja possível fazer a integralização curricular em atividades extensionistas?
- 6) Foi definido um prazo para a implantação da mudança curricular nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas?
- 7) A equipe de docentes do curso de Ciências Biológicas participa dos debates?
- 8) Os alunos (as) do curso de Ciências Biológicas participam dos debates sobre a mudança curricular?

APÊNDICE 3

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A COORDENAÇÃO DO FÓRUM DE EXTENSÃO DA UFRGS

- 1) A proposta da Câmara de Extensão da UFRGS, apresentada no Fórum de Extensão em 2018, possui os requisitos necessários para a implantação das atividades extensionistas nos currículos de graduação da UFRGS?
- 2) O Fórum de Extensão elaborou um documento consistente a partir dos documentos oficiais, legislações, relatos das Instituições de Ensino Superior, recomendando a implantação da Extensão Universitária nos currículos da graduação, o que falta para a UFRGS fazer a implantação?
- 3) Quais seriam os maiores desafios a serem enfrentados para implantar esta meta do Plano Nacional de Educação?
- 4) Quais são as estratégias que estão em andamento, na atualidade, para o cumprimento da meta extensionista?
- 5) Foi definido um prazo, ou seja, uma data específica para iniciar a mudança curricular nos Cursos de Graduação da UFRGS?
- 6) A equipe de docentes da UFRGS está participando dos debates?
- 7) Os alunos (as) da UFRGS participam dos debates sobre a mudança curricular?

APÊNDICE 4
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE online)

Título da Pesquisa: Extensão Universitária ou "Terceira Missão" nos Cursos de Ciências Biológicas da UFRGS, desafios e estratégias.

Nome da Pesquisadora: Gislaine Fátima Schnack

Nome da Orientadora: Dra. Teresinha Guerra

Nome do (a) participante: _____

Você está sendo convidado (a) a responder as perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário é muito importante que você leia as informações e instruções contidas neste documento. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum problema.

Objetivo do estudo: Investigar os desafios e as estratégias para a curricularização da extensão nos cursos de licenciatura e bacharelado em Ciências Biológicas do Instituto de Biociências da UFRGS.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder às perguntas do questionário elaborado pela pesquisadora.

Benefícios: Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o processo de curricularização da Extensão nos Cursos de Ciências Biológicas do Instituto de Biociências da UFRGS.

Riscos: Responder ao questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

Sigilo: As informações fornecidas por você serão confidenciais e de conhecimento apenas das pesquisadoras responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados de qualquer forma.

Quanto aos esclarecimentos expostos acima, de forma livre e esclarecida, entendi os objetivos e benefícios de minha participação e divulgação dos dados obtidos neste estudo, declaro que:

() concordo () discordo